

PROEX-UNEB 25/05/2021

Universidade operacional e universidade do pensamento

Marilena Chaui

Como explicam os historiadores, desde seu surgimento (no século XIII europeu), a universidade sempre foi uma instituição social, isto é, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela.

A partir dos séculos XVII e XVIII, a legitimidade da universidade moderna alicerçou-se na conquista da idéia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, alicerçando-se na idéia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão.

Com as lutas sociais e políticas dos últimos séculos, com a conquista da educação e da cultura como direitos, a universidade tornou-se também uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa idéia, seja para opor-se a ela, a instituição universitária não pode furtar-se à referência à democracia como idéia reguladora, nem pode furtar-se a responder, afirmativa ou negativamente, ao ideal socialista.

Atualmente, porém, a universidade deixou de ser pensada como uma instituição social e passou a ser concebida como uma organização administrada.

Uma organização difere de uma instituição por definir-se pela idéia de instrumentalidade, ou seja, está referida ao conjunto de meios particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às idéias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas se refere a operações definidas como estratégias balizadas pelas idéias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. É regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito.

Como foi possível passar da idéia da universidade como instituição social à sua definição como organização administrada?

Podemos buscar a resposta em dois níveis: num primeiro nível, trata-se de examinar o que aconteceu com o projeto moderno da autonomia racional, fundamento da instituição universitária; num segundo nível, trata-se de examinar o que se passa quando os critérios da administração passam a comandar o trabalho universitário.

Vejamos o fracasso da idéia de autonomia racional.

Ao interpretar o projeto histórico moderno, Boaventura dos Santos¹ considera que este assentou-se sobre dois pilares: o da regulação e o da emancipação e que este foi constituído por três lógicas de autonomia racional: a racionalidade expressiva das artes, a racionalidade cognitiva e instrumental da ciência e da técnica, e a racionalidade prática da ética e do direito. O projeto da modernidade julgava possível o desenvolvimento harmonioso da regulação e da emancipação e a racionalização completa da vida individual e coletiva. Todavia, o caráter abstrato dos

¹ Boaventura dos Santos *Crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência.*

princípios de cada um dos dois pilares levou cada um deles à tendência a maximizar-se com a exclusão do outro e a articulação entre o projeto moderno e o surgimento do capitalismo assegurou a vitória do pilar da regulação contra o da emancipação. Mantendo a terminologia de Boaventura dos Santos, podemos dizer que o pilar da emancipação ou a lógica da autonomia racional das artes, ciências, técnicas, ética e direito foi determinante para o surgimento da figura moderna do pensador e do artista não submetidos às instituições eclesiástica e estatal. A autonomia racional moderna das ações (artes, ética, direito e técnica) e do pensamento (ciências e filosofia) conferiu a seus sujeitos algo mais do que a independência: conferiu-lhes autoridade teórica e prática para criticar as instituições religiosas, políticas e acadêmicas.

Ora, sob o poder do modo de produção capitalista, fracassou o projeto moderno de harmonia entre o pilar da regulação e o da emancipação. A vitória do pilar da regulação sobre o da emancipação conferiu hegemonia à identidade entre a ordem vigente e a racionalidade, esta não mais autônoma e sim repressiva e instrumental, para usarmos a expressão cunhada pela Escola de Frankfurt.

Esse fracasso aparece, entretanto, como um êxito, como indica a expressão inventada para se referir ao saber no mundo contemporâneo, isto é, a expressão Sociedade do Conhecimento. Para entendê-la, precisamos lembrar a mudança fundamental ocorrida nos últimos decênios no modo de inserção do conhecimento na sociedade.

O projeto da autonomia racional proposto pela modernidade significava que a pesquisa teórica era autônoma e se tornava conhecimento aplicado quando empregada por meio de tecnologias vinculadas à produção econômica ou quando os resultados teóricos eram retomados com fins econômicos em laboratórios mantidos pelas empresas de produção. Hoje, porém, o conhecimento teórico e aplicado tornou-se força produtiva, deixando de ser um suporte do capital para se converter em agente direto de sua acumulação e reprodução. Não só as empresas financiam a criação de institutos de pesquisa como também fazem parcerias com as universidades e centros de pesquisa. Conseqüentemente, mudou o modo de inserção social dos pesquisadores, que se tornaram agentes econômicos diretos, e a força e o poder capitalistas encontram-se, hoje, no monopólio dos conhecimentos e da informação. Ou, como escreve Castells:

Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo. Assim, computadores, sistemas de comunicação, decodificação e programação genética são todos amplificadores e extensões da mente humana. O que pensamos e como pensamos é expresso em bens, serviços, produção material e intelectual, sejam alimentos, moradia, sistemas de transporte e comunicação, mísseis, saúde, educação ou imagens. (...) Com certeza, os contextos culturais/institucionais e a ação social intencional interagem de forma decisiva com o novo sistema tecnológico, mas este tem sua lógica própria, caracterizada pela capacidade de transformar todas as informações em um sistema comum de

informações, em uma rede de recuperação e distribuição potencialmente ubíqua.²

A transformação da ciência em força produtiva direta ou a transformação da mente humana em força direta de produção dá origem à expressão Sociedade do Conhecimento. Com ela, pretende-se indicar que a economia contemporânea se funda sobre a ciência e a informação, graças ao uso competitivo do conhecimento, da inovação tecnológica e da informação nos processos produtivos e financeiros, bem como de serviços como a educação, a saúde e o lazer. Chega-se mesmo a falar em “capital intelectual”, considerado por muitos como o principal princípio ativo das empresas.

Vista do ponto da economia capitalista, a Sociedade do Conhecimento significa que a produtividade e a competitividade na produção de saber baseiam-se não só na geração de conhecimentos e no processamento de dados e nem só na articulação entre pesquisa básica e pesquisa aplicada, mas também e sobretudo na articulação entre o saber e o setor empresarial. É essa articulação que explica o fracasso do projeto de autonomia racional proposto pela modernidade e realizado pela universidade como instituição social, pois o saber passa a ser inteiramente determinado por exigências externas a ela, ou seja, pelas exigências econômicas, políticas e militares do modo de produção capitalista.

² M. Castells *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 1999, p. 69. os grifos são meus

Vejamos agora o que se passa quando a universidade se torna uma organização administrada. Tomarei apenas o caso do Brasil.

No Brasil, durante a ditadura, uma das bandeiras de luta das universidades públicas foi pela autonomia, isto é, para que as decisões universitárias fossem tomadas pelas próprias universidades em seus órgãos colegiados. Essa luta foi mais candente no caso das universidades federais, diretamente dependentes de atos da presidência da república, explicando porque um dos elementos-chaves do combate era a conquista da eleição direta dos dirigentes universitários (reitores e diretores de unidades). Sob suas múltiplas manifestações, a idéia de autonomia buscava não só garantir que a universidade pública fosse regida por suas próprias normas, democraticamente instituídas por seus órgãos representativos, mas visava, ainda, assegurar critérios acadêmicos para a vida acadêmica e independência para definir a relação com a sociedade e com o Estado. Numa palavra, autonomia possuía sentido sócio-político e era vista como a marca própria de uma instituição social que possuía na sociedade seu princípio de ação e de regulação. Ao ser, porém, transformada numa organização administrada, a universidade pública perde a idéia e a prática da autonomia, pois esta, agora, se reduz à gestão de receitas e despesas, de acordo com o contrato de gestão pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho, que determinam a renovação ou não renovação do contrato. A autonomia é transformada em gerenciamento da instituição e prevê que, para cumprir as metas e alcançar os indicadores impostos pelo contrato de gestão, a

universidade tem “autonomia” para “captar recursos” de outras fontes, fazendo parcerias com as empresas privadas.

Que significa, para usarmos o vocabulário da Escola de Frankfurt, passar da condição de instituição social à de entidade administrada? O movimento do capital tem a peculiaridade de transformar toda e qualquer realidade em objeto do e para o capital, convertendo tudo em mercadoria destinada ao mercado e por isso mesmo produz um sistema universal de equivalências, próprio de uma formação social baseada na troca de equivalentes ou na troca de mercadorias pela mediação de uma mercadoria, o dinheiro como equivalente universal. A prática contemporânea da administração parte de dois pressupostos: o de que toda dimensão da realidade social é equivalente a qualquer outra e por esse motivo é administrável de fato e de direito, e o de que os princípios administrativos são os mesmos em toda parte porque todas manifestações sociais, sendo equivalentes, são regidas pelas mesmas regras. Em outras palavras, a administração é percebida e praticada segundo um conjunto de normas gerais desprovidas de conteúdo particular e que, por seu formalismo, são aplicáveis a todas as manifestações sociais. Uma sociedade de mercado produz e troca equivalentes e suas instituições são, por isso mesmo, equivalentes também.

No entanto, algo mais precisa ser compreendido, isto é, o vínculo entre administração e neoliberalismo.

Em lugar de falar em fascismo, penso que será mais interessante falar do neoliberalismo como novo totalitarismo. Expliquemos.

Totalitarismo: por que em seu núcleo encontra-se o princípio fundamental da formação social totalitária, qual seja, a recusa da especificidade das diferentes instituições sociais e políticas que são consideradas homogêneas e indiferenciadas porque concebidas como organizações. Como explicam Marcuse e Claude Lefort, o totalitarismo é a recusa da heterogeneidade social, da existência de classes sociais, da pluralidade de modos de vida, de comportamentos, de crenças e opiniões, costumes, gostos, idéias para oferecer a imagem de uma sociedade homogênea, em concordância e consonância consigo mesma. Fechada sobre si, diz Marcuse.

Novo: por que, em lugar da forma do Estado absorver a sociedade, vemos ocorrer o contrário, isto é, a forma da sociedade absorve o Estado. De fato, os totalitarismos anteriores instituíam a estatização da sociedade, o expansionismo imperialista e o nacionalismo exacerbado. O totalitarismo neoliberal, em decorrência da globalização acarretada pelo capital financeiro, não tem o Estado nacional como enclave territorial do capital, não precisa de nacionalismos extremados. Sua grande novidade está em definir todas esferas sociais e políticas não apenas como organizações, mas como um tipo determinado de organização que percorre a sociedade de ponta a ponta e de cima embaixo: a *empresa* - a escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa, uma igreja é uma empresa. Eis porque o Estado é concebido como empresa, sendo por isso espelho da sociedade e não o contrário, como nos antigos totalitarismos. Vai além: encobre o desemprego estrutural por meio da chamada *uberização* do trabalho e por isso define o indivíduo não como membro de uma classe social, mas

como um empreendimento, uma empresa individual ou “capital humano”, ou como *empresário de si mesmo*, destinado à competição mortal em todas as organizações, dominado pelo princípio universal da concorrência disfarçada sob o nome de meritocracia. A educação é considerada um investimento para que a criança e o jovem aprendam a desempenhar comportamentos competitivos. Dessa maneira, desde o nascimento até a entrada no mercado de trabalho, o indivíduo é treinado para ser um investimento bem sucedido e a interiorizar a culpa quando não vence a competição, desencadeando ódios, ressentimentos e violências de todo tipo, particularmente contra imigrantes, migrantes, negros, índios, quilombolas, idosos, mendigos, sofredores mentais, lgbtq+, destroçando a percepção de si como membro ou parte de uma classe social, destruindo formas de solidariedade e desencadeando práticas de extermínio.

Politicamente, a conseqüência da passagem da instituição à organização administrada significa que o Estado deixa de ser considerado uma instituição pública regida pelos princípios e valores de legalidade e legitimidade republicano-democráticos e passa a ser considerado uma empresa. Isto explica porque a política neoliberal se define pelo desvio dos fundos públicos para o capital acarretando a eliminação de direitos econômicos, sociais e políticos garantidos pelo poder público, em proveito dos interesses privados. Os direitos sociais são transformados em serviços e, como tais, definidos pela lógica do mercado, isto é, a privatização, que aumenta todas formas de desigualdade e de exclusão. Alargando o espaço dos interesses de mercado e encolhendo o espaço público dos direitos, o neoliberalismo apunhala o coração da democracia.

Por que? Por que dizemos que uma *sociedade* — e não, à maneira liberal, um *regime* de governo — é democrática quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando *institui direitos*. Essa instituição é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social realiza-se como uma contra-poder social que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes. A sociedade democrática institui direitos pela abertura do campo social à *criação de direitos reais novos e à ampliação e garantia de direitos existentes*.

Dessa maneira, podemos nos voltar, agora, à passagem da universidade como instituição social à universidade operacional regida pelas idéias neoliberais da empresa como forma única das instituições e organizações sociais.

No Brasil, a passagem da universidade da condição de instituição à de organização administrada ocorreu em três etapas sucessivas: numa primeira etapa, tornou-se universidade funcional; na segunda, universidade de resultados; e na terceira, operacional³. Essa sucessão correspondeu ao “milagre econômico”, dos anos 70, ao processo conservador de abertura política dos anos 80 e ao neoliberalismo dos anos 90. Em outras palavras, correspondeu às várias reformas do ensino destinadas a adequar a universidade ao mercado.

A universidade funcional, dos anos 70, foi o prêmio de consolação que a ditadura ofereceu à sua base de sustentação

³Essa expressão me foi sugerida por Michel Freitag, que se refere a uma universidade dedicada à operacionalidade. M.Freitag *Le naufrage de l'université*, Paris, Editions de la Découverte, 1996.

político-ideológica, isto é, à classe média despojada de poder. A ela foram prometidos prestígio e ascensão social por meio do diploma universitário. Donde a massificação operada, a abertura indiscriminada de cursos superiores, o vínculo entre universidades federais e oligarquias regionais e a subordinação do MEC ao Ministério do Planejamento. Essa universidade foi aquela voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho. Adaptando-se às exigências do mercado, a universidade alterou seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho.

A universidade de resultados, dos anos 80, foi aquela gestada pela etapa anterior, mas trazendo duas novidades. Em primeiro lugar, a expansão para o ensino superior da presença crescente das escolas privadas, encarregadas de continuar alimentando o sonho social da classe média; em segundo lugar, a introdução da idéia de parceria entre a universidade pública e as empresas privadas. Este segundo aspecto foi decisivo na medida que as empresas não só deveriam assegurar o emprego futuro aos profissionais universitários e estágios remunerados aos estudantes, como ainda financiar pesquisas diretamente ligadas a seus interesses. Eram os empregos e a utilidade imediata das pesquisas que garantiam à universidade sua apresentação pública como portadora de resultados.

A universidade operacional, dos anos 90, difere das formas anteriores. De fato, enquanto a universidade clássica estava voltada para o conhecimento, a universidade funcional

estava voltada diretamente para o mercado de trabalho e a universidade de resultados estava voltada para as empresas, a universidade operacional, por ser uma organização administrada empresarialmente está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos.

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual: aumento insano de horas-aula, diminuição do tempo para mestrados e doutorados, avaliação pela quantidade de publicações e participação em colóquios e congressos, multiplicação de comissões e relatórios, etc.

Que se entende por docência e pesquisa, na universidade operacional?

A docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes, de preferência já prontos via Internet. A docência é pensada como habilitação rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois tornam-se, em pouco tempo, jovens obsoletos e descartáveis; ou como correia de transmissão entre pesquisadores e treino para novos de pesquisadores.

A desvalorização da docência teria significado a valorização excessiva da pesquisa? Ora, o que é a pesquisa na universidade

operacional? Basta pensar no que é a pesquisa numa organização empresarial para termos a resposta com o que se passa com a pesquisa universitária, ou na propalada sociedade do conhecimento.

Numa organização empresarial, uma “pesquisa” é uma estratégia de intervenção e de controle de meios ou instrumentos para a consecução de um objetivo delimitado. Em outras palavras, uma “pesquisa” é um *survey* de problemas, dificuldades e obstáculos para a realização do objetivo, e um cálculo de meios para soluções parciais e locais para problemas e obstáculos locais. Pesquisa, ali, não é conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa. Por isso mesmo, numa organização não há tempo para a reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, sua mudança ou sua superação. No jogo estratégico da competição no mercado, a organização se mantém e se firma se for capaz de propor áreas de problemas, dificuldades, obstáculos sempre novos, o que é feito pela fragmentação de antigos problemas em novíssimos micro-problemas, sobre os quais o controle parece ser cada vez maior. A fragmentação, condição de sobrevivência da organização, torna-se real e propõe a especialização como estratégia principal e entende por “pesquisa” a delimitação estratégica de um campo de intervenção e controle. É evidente que a avaliação desse trabalho só pode ser feita em termos compreensíveis para uma organização, isto é, em termos de custo-benefício, pautada pela idéia de produtividade, que avalia em quanto tempo, com que custo e quanto foi produzido.

O que são, verdadeiramente docência e pesquisa na universidade como instituição social dedicada ao trabalho do pensamento?

A docência é *formação*. O que é formação? Antes de mais nada, como a própria palavra indica, uma relação com o tempo: é introduzir alguém ao passado de sua cultura (no sentido antropológico do termo, isto é, como ordem simbólica), é despertar alguém para as questões que esse passado engendra para o presente, e é estimular a passagem do instituído ao instituinte. Ao instituir o novo sobre o que estava sedimentado na cultura, o trabalho do pensamento reabre o tempo e forma o futuro. Podemos dizer que há formação quando há trabalho do pensamento, isto é, quando o presente é apreendido como aquilo que exige de nós interrogação, reflexão e crítica, de tal maneira que nos tornamos capazes de elevar ao plano do conceito o que foi experimentado como questão, pergunta, problema, dificuldade. A formação recolhe o passado – que foi pensado, dito, feito -, o compreende em seu presente e no nosso; interroga o presente – o que há para ser pensado, dito e feito; e abre o futuro como porvir – o que nossa interrogação deixa para os que virão depois de nós quando se puserem a pensar, dizer e fazer.

A formação é o que permite o nascimento e o desenvolvimento da pesquisa. O que define a pesquisa, quais suas marcas mais importantes? 1. a *inovação*: seja pelo tema, seja pela metodologia, seja pela descoberta de dificuldades novas, seja por levar a uma reformulação do saber anterior sobre a questão; 2. a *permanência*: a pesquisa não é servil a modismos e seu sentido não termina quando a moda acadêmica acabar

porque não nasceu de uma moda; 3. a idéia de *obra*: a pesquisa não é um fragmento isolado de idéias que não terão seqüência, mas cria passos para trabalhos seguintes, do próprio pesquisador ou de outros, sejam seus orientandos, sejam os participantes de mesmo grupo ou setor de pesquisa; existe obra quando há continuidade de preocupações e investigações, quando há retomada do trabalho de alguém por um outro, e quando se forma uma tradição de pensamento na área; 4. *dar a pensar*: a pesquisa faz com que novas questões conexas, paralelas ou do mesmo campo possam ser pensadas, mesmo que não tenham sido trabalhadas pelo próprio pesquisador; ou que questões já existentes, conexas, paralelas ou do mesmo campo possam ser percebidas de maneira diferente, suscitando um novo trabalho de pensamento por parte de outros pesquisadores; 5. *significado social, político ou econômico*: a pesquisa alcança receptores extra-acadêmicos para os quais o trabalho passa a ser referência de ação, seja porque leva à idéia de pesquisa aplicada, a ser feita por outros agentes, seja porque seus resultados são percebidos como direta ou indiretamente aplicáveis em diferentes tipos de ação; 6. *autonomia*: a pesquisa suscita efeitos para além do que pensara ou previra o pesquisador, mas o essencial é que tenha nascido de exigências próprias e internas ao pesquisador e ao seu campo de atividades, da necessidade intelectual e científica de pensar sobre um determinado problema, e não por determinação externa ao pesquisador (ainda que tenham sido outros sujeitos acadêmicos, sociais, políticos ou econômicos que possam ter despertado no pesquisador a necessidade e o interesse da pesquisa, esta só consegue tornar-se excelente, se nascida de uma exigência interna ao pensamento e à ação do

próprio pesquisador); 7. *articulação de duas lógicas diferentes, a lógica acadêmica e a lógica histórica (social, econômica, política)*: a pesquisa inovadora, duradoura, autônoma, que produz uma obra e uma tradição de pensamento e que suscita efeitos na ação de outros sujeitos é aquela que busca responder às questões colocadas pela experiência histórica e para as quais a experiência, como experiência, não possui respostas; em outras palavras, a qualidade de uma pesquisa se mede pela capacidade de enfrentar os problemas científicos, humanísticos e filosóficos postos pelas dificuldades da experiência de seu próprio tempo; quanto mais uma pesquisa é reflexão, investigação e resposta ao seu tempo, menos perecível e mais significativa ela é; 8. *articulação entre o universal e o particular*: a pesquisa excelente é aquela que, tratando de algo particular, o faz de tal maneira que seu alcance, seu sentido e seus efeitos tendam a ser universalizáveis; quanto menos genérica e quanto mais particular, maior possibilidade de possuir aspectos ou dimensões universais (por isso, e não para contagem de pontos, é que poderá vir a ser publicada e conhecida internacionalmente, quando o tempo dessa publicação surgir).

Inspirando-me em Claude Lefort, quero concluir falando de nosso trabalho como *obra de pensamento*.

Imersa numa história, a obra de pensamento inaugura uma nova história, abre um campo de pensamento inédito graças às críticas das representações instituídas, que obscurecem o presente e o porvir. Mas esse ato inaugural tem como solo um estado radical de não-saber. É como ausência de saber e de ação que o presente suscita a obra, cujo trabalho institui saber e

ação. Com efeito, afirmar que a obra de pensamento é um trabalho intelectual significa que há uma matéria a ser transformada pela reflexão. Essa matéria é a experiência imediata e o trabalho da obra consiste em desfazer a suposta positividade dessa matéria, descortinando as questões que ela suscita e é incapaz de responder. O trabalho da obra começa quando revela o sono em que está mergulhada a experiência imediata, quando a desmente e a desmistifica, obrigando-a a pensar-se e, ao fazê-lo, conduzi-la a reconhecer-se como necessária e ilusória. Interpretar o presente é interrogá-lo para desfazer sua aparência, isto é, sua positividade e, com ela, a positividade atribuída tanto à imagem fixa do passado quanto um cálculo apaziguador do futuro. Assim, a articulação entre saber e não-saber, que inaugura a obra como trabalho da reflexão, inaugura também a possibilidade de interrogar um outro trabalho, nascido do primeiro, qual seja, o da transformação do presente. *Trabalho da obra*: maneira de alcançar a obra em seu ponto mais obscuro nas articulações entre teoria e prática, nas dobras da historicidade.

A universidade do pensamento é isto. Isto somos nós.